

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 169.557 - PE (2019/0350260-8)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
SUSCITANTE : PROVIDER SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (EM RECUPERACAO JUDICIAL)
SUSCITANTE : PROVIDER TECNOLOGIA DE SISTEMAS LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL
ADVOGADOS : CARLOS GUSTAVO RODRIGUES DE MATOS E OUTRO(S) - PE017380
PAULO ANDRÉ RODRIGUES DE MATOS - PE019067
NATHÁLIA PAZ SIMÕES - PE027934
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 6A VARA CÍVEL DE RECIFE - PE
SUSCITADO : JUÍZO DA 33A VARA DO TRABALHO DE SALVADOR - BA
INTERES. : JANE MARA FRANCA COUTINHO DE OLIVEIRA
ADVOGADOS : DEIVID OLIVEIRA DE SANTANA - BA030414
LEONARDO CRUZ DOS SANTOS - BA034114
JESSIANE FERNANDES DA SILVA - BA041265

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de conflito suscitado por PROVIDER SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA e PROVIDER TECNOLOGIA DE SISTEMAS LTDA, ambas em recuperação judicial, em face do JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL DE RECIFE - PE, no qual tramitam os autos da recuperação judicial, e do JUÍZO DA 33A VARA DO TRABALHO DE SALVADOR - BA, no qual tramita a reclamação trabalhista nº 0000281-03.2014.5.05.0033 movida por JANE MARA FRANCA COUTINHO DE OLIVEIRA.

As suscitantes postularam, em razão da competência universal do juízo da recuperação para decidir as questões tendentes a afetar os patrimônios das empresas recuperandas, a suspensão da execução em trâmite na Justiça do Trabalho, bem assim a declaração da competência do Juízo Estadual suscitado.

Em decisão de fls. 543/545 (e-STJ), indeferi o pedido de liminar, determinando, todavia, o prosseguimento do incidente.

Foram prestadas informações pelo Juízo do Trabalho e pela Administradora Judicial.

Parecer do MPF às fls. 571/573 (e-STJ).

Superior Tribunal de Justiça

É o relatório.

Decido.

O presente conflito deve ser extinto.

Conforme informações prestadas às fls. 563/569 (e-STJ), o Juízo trabalhista reconsiderou a decisão de prosseguimento da execução, suspendeu os atos executivos e expediu a certidão de habilitação de crédito para ser habilitada no processo de recuperação judicial.

Desse modo, resta prejudicada a análise do incidente.

Ante o exposto, julgo extinto o presente conflito de competência por perda superveniente de objeto.

Expeçam-se ofícios aos Juízos envolvidos no conflito, com cópia da decisão.

Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator